

POBREZA: DA INSUFICIÊNCIA DE RENDA À PRIVAÇÃO DE TEMPO

LILIAN LOPES RIBEIRO¹
FERNANDO HENRIQUE TAQUES²

Resumo

Este artigo tem por objetivo realizar uma breve revisão teórica e empírica sobre pobreza em duas perspectivas, na perspectiva tradicional, da escassez de renda, e na perspectiva da privação de tempo para alocação em atividades como lazer e descanso. No âmbito da renda busca-se, dentre outras coisas, dissertar sobre a definição de pobreza, os critérios de identificação dos pobres, métodos de mensuração e resultados obtidos. Contudo, alguns autores argumentam que a renda, por si só, não é suficiente para representar a pobreza. Partindo desse argumento, ao revisar os estudos realizados sobre pobreza de tempo, percebe-se que enquanto algumas pesquisas realizadas apresentam pontos divergentes principalmente entre a relação educação-pobreza de tempo e renda-pobreza de tempo, um ponto que converge na maioria das pesquisas é que mulheres são mais privadas de atividades como descanso e lazer.

Palavras-chave: bem-estar, pobreza de renda, pobreza de tempo.

Abstract

This paper aims to conduct a brief review of theoretical and empirical research on poverty in two perspectives, the traditional perspective,

the lack of income, and the prospect of withdrawal time for allocation to activities such as leisure and rest. Under the rent-seeking is, among other things, elaborate on the definition of poverty, the criteria for identifying the poor, measurement methods and results. However, some authors argue that the rent per se is not sufficient to represent the poverty. Based on this argument, to review the studies on poverty of time, you realize that while some of the surveys show divergent points mainly on the relationship between education, poverty of time and income-poverty of time, converges to a point in most studies is that women are more private activities such as rest and recreation.

Keywords: welfare, income poverty, poverty of time.

JEL: I30;I32

1. Introdução

Afinal, o que é pobreza? Para diversos autores, como Hoffmann (1998), quando se dispõe apenas dos rendimentos pessoais considera-se

pobre aquela pessoa cuja renda é igual ou está abaixo de um valor estabelecido denominado linha de pobreza. Nesse caso, o indivíduo é caracterizado como aquele cuja sua renda é inferior a uma linha de pobreza, seja a partir do enfoque monetário, seja a partir da cesta básica.

Já para outros, como Rocha (2003), a pobreza deve ser compreendida num contexto mais amplo como o atendimento às necessidades básicas como alimentação, educação, saneamento básico e habitação, determinadas por uma sociedade ou região. Com certeza, a compreensão do conceito de pobreza tem melhorado e aprofundado consideravelmente nas últimas décadas após os trabalhos seminais de Amartya Sen.

Um consenso que se tem é que o conceito de pobreza está relacionado à busca pelo bem-estar, através do atendimento às necessidades básicas, sobretudo nos países em desenvolvimento. Para Ravallion (1992) uma das perguntas que devem ser respondidas é como deve ser avaliado o bem-estar-estar dos indivíduos. Assim sendo, a abordagem tradicional

¹ Doutora em Economia pelo CAEN/UFC, professora titular da Faculdade Padrão. E-mail: liadiniz-21@hotmail.

² Mestre em Economia pelo PEGEP-PUC/SP, professor do Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU). E-mail: Fernando.taques@hotmail.com



“ De fato, definir e mensurar a pobreza, não é algo trivial e está longe de apresentar um consenso entre os pesquisadores que tratam esse tema. ”

para definição de pobres privilegia o mercado e não considera atributos não monetários que também influem no bem-estar das pessoas, um desses atributos que deve ser levado em consideração é a alocação do tempo destinado em atividades como o lazer e o descanso.

Partindo desse arcabouço teórico, o objetivo principal desse artigo é apresentar uma revisão literária não somente sobre pobreza a partir do método tradicional, o da insuficiência de renda, como também da pobreza em uma perspectiva da alocação de tempo. No âmbito da renda busca-se, dentre outras coisas, dissertar sobre a definição de pobreza, os critérios de identificação dos pobres, métodos de mensuração e resultados obtidos. Por sua vez, ao revisar os estudos realizados sobre pobreza de tempo, percebe-se que enquanto algumas pesquisas realizadas apresentam pontos divergentes principalmente entre a relação educação-pobreza de tempo e renda-pobreza de tempo, um ponto que converge na maioria das pesquisas é que mulheres são mais privadas de atividades como descanso e lazer.

O trabalho está estruturado, além dessa introdução e da conclusão, em duas seções. A primeira delas argumenta sobre a pobreza em uma perspectiva da insuficiência de renda, a partir de um breve referencial teórico

acerca da delimitação e mensuração de pobres, além de evidências empíricas da elasticidade renda-pobreza e de crescimento pró-pobre, tanto em âmbito internacional quanto para o Brasil. A segunda seção expõe a pobreza em uma perspectiva da insuficiência de tempo. Nesta são apresentadas, sobretudo as evidências empíricas realizadas sobre o tema em diversos países.

2. Pobreza: em uma perspectiva da insuficiência de renda

A utilização da variável renda como indicador do nível de pobreza de uma população é algo frequente na literatura econômica. Segundo Ray (1998), o conceito relacionado à mensuração dessa dimensão parte da ideia de linha da pobreza derivada de uma medida de renda, consumo, ou então, do acesso aos bens e serviços.

No Brasil, a linha de pobreza apresentada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) é o dobro da linha de extrema pobreza, cuja estimativa contempla o valor de uma cesta de alimentos que contenha o mínimo necessário de calorias para suprir adequadamente uma pessoa, conforme recomendações da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e da Organização Mundial da Saúde (OMS). Ray (1998), por sua vez, atenta ao fato de que mesmo relacionado à quantidade mínima de calorias necessárias para uma pessoa, a medida é derivada de um indicador relacionado à renda, pois está relacionada aos custos dos produtos, aos preços dos bens, ao nível de consumo, do salário ou da renda de determinada população.

Para Sen (2001) a discussão sobre a linha de pobreza vai além. O autor argumenta que a pobreza, nesse caso, é definida através dos critérios de identificação dos pobres e da agregação de parâmetros relacionados a esse grupo para obter um índice de pobreza. Portanto, essa agregação consiste, na realidade, unicamente numa contagem do número de po-

bres a partir da proporção contida na população.

A questão sobre definir uma linha de pobreza passa pela fundamentação dos conceitos de pobreza absoluta e relativa. Todaro e Smith (2003) apresentam que a abordagem absoluta reflete o número de pessoas que tem acesso a uma cesta de consumo que contemple o mínimo necessário para subsistência. Por outro lado, a perspectiva relativa engloba uma linha de pobreza comparativa em relação a um valor de renda média da população ou algum critério que compare níveis distintos de renda entre as parcelas da população (VINHAIS; SOUZA, 2006).

Em relação a estes dois conceitos, FJP e IPEA (2006), Rocha (2003) e Hoffmann (1998) defendem o uso de linhas de pobreza absoluta no Brasil por acreditarem que o conceito de pobreza relativa se confunde com o conceito de desigualdade econômica, além de tal conceito não apresentar objetividade para a adoção de políticas públicas.

De fato, definir e mensurar a pobreza, não é algo trivial e está longe de apresentar um consenso entre os pesquisadores que tratam esse tema. Existem distintos conceitos do que venha a ser pobreza, relacionados a aspectos metodológicos e indicadores diferentes. Por esse motivo, diversos autores realizaram pesquisas empíricas partindo de distintos métodos de mensuração da pobreza, principalmente utilizando como variável de interesse de análise um indicador vinculado à renda para testarem suas hipóteses.

Uma questão importante nesse debate se refere aos distintos indicadores utilizados para mensurar a pobreza. A taxa de incidência – *headcount ratio* –, amplamente utilizada na literatura, contempla a proporção de pessoas abaixo da linha de pobreza, revelando, assim, uma lacuna importante na mensuração da pobreza, segundo Sen (2001). De acordo com o autor, esse indicador de agregação é limitado por não levar em conta se os indivíduos situados abaixo da linha

“
A incorporação de um componente de desigualdade em um indicador de pobreza, segundo Sen (2001) busca corrigir as limitações apontadas para a taxa de incidência e hiato da pobreza, incorporando a sensibilidade da distribuição de renda entre os pobres.
 ”

de pobreza estão próximos ou muito distantes desse limite.

Outro indicador abordado na literatura é o hiato da pobreza – *poverty gap*. O indicador mede o quanto de renda é necessário para que seja atingido o nível de renda situado na linha de pobreza. Nesse caso, revela ser um indicador de insuficiência de renda média. Note que o indicador é insensível ao número de indivíduos da amostra e que mede unicamente a insuficiência de renda média em relação à linha de pobreza (SEN, 2001).

O índice de Foster-Greer-Thorbecke, também conhecido como FGT, reúne num único indicador os conceitos da taxa de incidência, do hiato da pobreza e a desigualdade de renda, conforme o critério do índice de Sen. A incorporação de um componente de desigualdade em um indicador de pobreza, segundo Sen

(2001) busca corrigir as limitações apontadas para a taxa de incidência e hiato da pobreza, incorporando a sensibilidade da distribuição de renda entre os pobres. Todaro e Smith (2003) ainda mencionam o índice de pobreza humana – *human poverty index*, que contempla três variáveis: (a) ausência de acesso a recursos públicos como saneamento básico, nutrição e saúde, por exemplo; (b) proporção da população analfabeta e (c) percentagem da população que não chega aos 40 anos de idade. Esse indicador foi introduzido pela Organização das Nações Unidas.

Esses conceitos serviram de base para diversos trabalhos que utilizaram métodos e indicadores distintos em suas pesquisas. Algumas das evidências empíricas para estimativa da pobreza partem das estimativas de elasticidades.

Autor(es)	Método	Período	Nível de Análise	Resultados
Stevans e Sessions (2002)	Elasticidade renda-pobreza estimada a partir de um modelo de correção de erros	Décadas de 1960 à 1990	Estados Unidos	Aumentos no crescimento econômico estão significativamente relacionados a reduções na taxa de pobreza.
Meng <i>et al.</i> (2005)	Elasticidade renda-pobreza a partir do método de cross-section	1986 - 2000	China	Aumento na pobreza associado ao aumento nos preços dos alimentos e aos custos subsidiados pelo Estado.
Adams (2004)	Elasticidade crescimento-pobreza através do método de mínimos quadrados ordinários para dados em painel	Décadas de 1980 e 1990	60 países em desenvolvimento	Crescimento econômico reduz a pobreza, mas a redução está associada à desigualdade de renda.
Wodon (1999)	Elasticidade crescimento-pobreza a partir de dados em painel	1983 à 1996	Bangladesh	O crescimento reduz a pobreza tanto nas zonas urbanas quanto rurais, sendo esta redução associada à desigualdade nas áreas urbanas.
Hoffmann (2005)	Elasticidade da proporção de pobres em relação ao rendimento médio e o índice de Gini a partir de parâmetros da distribuição log-normal do rendimento	1999, 2001 e 2002	Estados brasileiros	Valor absoluto da elasticidade crescerá com o aumento do rendimento médio e decrescerá com maior nível de desigualdade.
Tochetto <i>et al.</i> (2004)	Elasticidade da pobreza em relação ao crescimento do PIB do setor não agrícola	1981 à 2002	Estados brasileiros selecionados	Heterogeneidade de elasticidades entre os estados.

Autor(es)	Método	Período	Nível de Análise	Resultados
De Lima, Barreto e Marinho (2003)	Dados em painel para estimar as elasticidades renda-pobreza e desigualdade-pobreza	1985 à 1999	Estados brasileiros	Pobreza é sensível às políticas igualitárias
Neder (2004)	Elasticidade de medidas de pobreza em relação à renda média e à desigualdade (indicada pelo Índice de Gini)	1995 e 2001	Áreas rurais (regiões e estados) do Brasil	A elasticidade da pobreza cresce com o desenvolvimento das regiões e a distribuição desigual é um entrave ao alívio da pobreza
Coelho (2009)	Dados em painel para estimar a elasticidade renda e desigualdade da extrema indigência	1995 à 2007	Estados brasileiros	A redução da desigualdade possui um efeito mais expressivo para os mais pobres do que o aumento da renda média
Salvato <i>et al.</i> (2007)	Elasticidades da redução da pobreza e da indigência em relação ao crescimento econômico e à taxa de variação da desigualdade de renda	1991 e 2000	Municípios em distintos níveis de agregação	Maior elasticidade crescimento da redução da pobreza na região sudeste. Nota-se uma correlação negativa entre o módulo da elasticidade e a desigualdade inicial
Resende (2008)	Elasticidade pobreza-crescimento através de um modelo de MQO a partir de duas medidas de pobreza (proporção de indigentes e proporção de pobres)	1991 e 2000	Municípios mineiros	Maior elasticidade pobreza-crescimento em algumas regiões em detrimento de outras, sendo esta relação válida para os dois indicadores de pobreza.
Matias <i>et al.</i> (2010)	Elasticidade crescimento da pobreza e desigualdade da pobreza	1995 à 2007	Unidades federativas do Brasil	Grande disparidade inter-estadual nas elasticidades crescimento da pobreza, em que unidades menos ricas apresentam menor elasticidade crescimento da pobreza.
Pinto e Oliveira (2010)	Elasticidade da pobreza em relação à renda e à desigualdade	1995 à 2007	Brasil e suas unidades federativas	A pobreza caiu rapidamente desde 2001, mas ainda existe uma grande discrepância entre estados e regiões.
De França (2010)	Elasticidade renda-pobreza e desigualdade-pobreza estimadas pelo método de dados em painel	1995 à 2005	Unidades federativas do Brasil	A redução da desigualdade tem maior efeito na redução dos níveis de pobreza que o aumento da renda média
Silveira Neto (2005)	Elasticidade pobreza-crescimento a partir do método de <i>cross-section</i>	1991 e 2000	Região nordeste do Brasil	A baixa qualidade do crescimento nordestino está associada ao elevado nível de desigualdade na posse de ativos produtivos
Marinho e Soares (2003)	Elasticidade da renda média sobre a pobreza a partir do método de dados em painel	1985 à 1999	26 estados brasileiros	Quanto maior a renda média, maior o valor absoluto da elasticidade e quanto maior a concentração, menor o valor absoluto da elasticidade.
Taques (2011)	Elasticidade renda-pobreza, redistribuição-pobreza, renda-desigualdade e pobreza-desigualdade a partir do método de dados em painel	1995 à 2009	Unidades federativas do Brasil	Políticas públicas direcionadas à distribuição mais igualitária da renda são mais efetivas na redução da pobreza

Quadro 1 - Evidências da elasticidade renda-pobreza

Fonte: Elaboração própria dos autores

De uma forma geral, os trabalhos relacionados a esse método identificaram mesmo com especificações econométricas e indicadores divergentes, que a queda na pobreza está relacionada ao crescimento econômico, ou então, ao aumento no nível de renda ou consumo da população. Contudo, alguns autores concluem ainda um resultado importante, de que a queda na pobreza não está associada unicamente à renda, mas também a uma redução no nível de desigualdade de renda, tal como indicado por Sen (2001).

Dentre os principais estudos para o Brasil se destacam os trabalhos de Marinho e Soares (2003) e Hoffmann (2005). Os primeiros estimam a elasticidade da renda média sobre a pobreza para os estados brasileiros a partir da decomposição da varia-

ção da pobreza em dois termos. Os autores encontram como resultado que quanto maior for a renda média, maior será o valor absoluto da elasticidade e quanto maior a concentração, menor será o valor absoluto da elasticidade. A partir desse estudo, Hoffmann (2005) elabora uma pesquisa onde estima a elasticidade da pobreza em relação à renda média e à desigualdade para o Brasil utilizando as medidas: (a) proporção de pobres, (b) índice de pobreza de Sen³ e (c) índice de Foster, Greer e Thorbecke. Como resultado, o autor identificou padrões de variação semelhante entre as unidades federativas do Brasil, distintamente do resultado de Marinho e Soares (2003).

Partindo de outro referencial, alguns autores estudam a questão da pobreza sob a perspectiva de

crescimento pró-pobre. Não há, na realidade, uma definição única sobre esse conceito. Alguns autores como Ravallion e Chen (2003) e Datt e Ravallion (1992) argumentam que esse tipo de crescimento ocorre se no período analisado houver uma redução na proporção de pobres.

Contudo, há de se mencionar que existem outras duas abordagens relacionadas ao crescimento pró-pobre: absoluta e relativa. Ravallion e Chen (2003) e Kraay (2004) defendem que o crescimento é pró-pobre em termos absolutos se gerar um ganho real na renda dos pobres. Por outro lado, a ótica relativa leva em conta os efeitos do aumento proporcional da renda dos mais pobres (KLASEN 2001, 2004; KAKWANI e PERNIA, 2000; KAKWANI e SON, 2002; SON, 2003).

Autor(es)	Método	Período	Nível de Análise	Resultados
Salvato <i>et al.</i> (2008)	Curva de incidência do crescimento	1991 e 2000	Região Metropolitana de Belo Horizonte e Salvador e diferentes municípios de Recife e Manaus em diferentes níveis de agregação	Para as regiões pesquisadas nenhuma grande região como um todo apresentou crescimento pró-pobre na década de 1990, porém, ao reduzir o nível de agregação, é possível verificar focos de crescimento pró-pobre, particularmente em Belo Horizonte e Salvador.
Salvato <i>et al.</i> (2007)	Curva de incidência do crescimento	Década de 1990	Dados de município brasileiros em distintos níveis de agregação	Não houve evidências que em grandes regiões o crescimento foi pró-pobre na década de 1990. Entre estados apenas se deu em Roraima. Nas mesorregiões brasileiras, apenas 7,35% apresentou crescimento pró-pobre, enquanto para as microrregiões o número não ultrapassa 11%. Por outro lado, em 25% dos municípios brasileiros houve crescimento pró-pobre.
Tejada <i>et al.</i> (2008)	Curva crescimento-pobreza	1991 e 2000	Microrregiões do estado de Alagoas	Na maioria das microrregiões houve crescimento empobrecedor.
Silveira Neto (2005)	Curva crescimento-pobreza	1991 e 2000	Estados e microrregião do nordeste brasileiro	Não há evidências de crescimento pró-pobre para nenhum estado. Quanto às microrregiões, apenas 11 das 188 apresentaram crescimento pró-pobre.

³ O índice de Sen derivada do índice de Gini, mas considera o número de pobres e a linha de pobreza ao invés da população total e da renda da população, respectivamente.

Autor(es)	Método	Período	Nível de Análise	Resultados
Salvato (2009)	Curva de incidência do crescimento	1991 e 2000	Mesorregiões, microrregiões e municípios brasileiros.	Crescimento pró-pobre para o estado de Roraima unicamente. Das 136 mesorregiões, um total de 10 apresentaram crescimento pró-pobre. Para as microrregiões foram encontradas 65 evidências de crescimento pró-pobre de um total de 558. Por fim, a nível municipal cerca de 25% dos resultados sugere crescimento pró-pobre.
Guidolin e Porto Júnior (2006)	Curva crescimento-pobreza	(a) 1981 à 2003 e (b) 1991 e 2000	(a) Estados da região centro-oeste e (b) municípios das microrregiões desta mesma região	Das 57 curvas estimadas, 20 apontaram para um crescimento pró-pobre nos estados. De um total de 100 municípios estudados apenas em 14 casos houve crescimento pró-pobre.
Resende <i>et al.</i> (2007)	Curva crescimento-pobreza	1991 e 2000	Capitais brasileiras	Preponderantemente resultados de crescimento não pró-pobre e empobrecedor.
Gonçalves e Silveira Neto (2010)	Curva crescimento-pobreza	1991 e 2000	Municípios nordestinos	Apenas para 21 municípios o crescimento foi pró-pobre; em 247 o crescimento foi não pró-pobre; e em 1031 casos, foi inconclusivo, além de 159 com crescimento empobrecedor.
Diniz <i>et al.</i> (2007)	Curva crescimento-pobreza	1990 à 2004	Estados Amazônia legal (Acre, Amazonas, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins)	No princípio da década em análise, foi verificado um padrão de crescimento não pró-pobre. Para o período após o Plano Real, observa-se um comportamento pró-pobre. Entre 1999-2001 e 2003-2004 os resultados foram inconclusivos, sendo pró-pobre entre 2002-2003
Resende (2008)	Curva crescimento-pobreza	1991 e 2000	Municípios mineiros	Houve crescimento pró-pobre para 203 municípios, sendo não pró-pobre para outros 216 municípios e em 35 deles o crescimento foi empobrecedor. Nos demais 399 municípios, os resultados foram inconclusivos.
Gonçalves <i>et al.</i> (2010)	Curva crescimento-pobreza	2000 à 2006	COREDES do Rio Grande do Sul	Incidência de crescimento pró-pobre em 9 COREDES, 11 resultados foram inconclusivos e em dois houve crescimento empobrecedor.
Tochetto <i>et al.</i> (2004)	Curva crescimento-pobreza	Décadas de 1980 e 1990	Unidades federativas do Brasil (apenas 22)	Das 372 curvas estimadas o crescimento foi pró-pobre em 137 casos, sendo 107 resultados de crescimento não pró-pobre, 53 crescimento empobrecedor e 75 de resultados não conclusivos.
Pinto e De Oliveira (2010)	Curva de incidência do crescimento	1995 à 2007	Unidades federativas do Brasil	Dentre as curvas estimadas para os estados brasileiros, 12 apontam para o crescimento pró-pobre e 7 para crescimento empobrecedor.
Taques e Rocha (2011)	Curva crescimento-pobreza	1995 à 2009	Unidades federativas do Brasil	Cerca de 70% dos resultados indicam crescimento pró-pobre

Quadro 2 – Evidências empíricas de crescimento pró-pobre para o Brasil

Fonte: Elaboração própria dos autores

“

Em relação à educação e a renda alguns resultados são divergentes. A seguir será apresentada uma revisão literária sobre as evidências empíricas produzidas por estes trabalhos, às metodologias utilizadas e resultados obtidos por cada autor.

”

Uma série de autores trabalharam o conceito de crescimento pró-pobre para níveis de agregação e metodologias diferentes para o Brasil. Em muitos casos foram identificados resultados ambíguos, o que sinaliza que a metodologia aplicada para o mesmo nível de análise ou o indicador de pobreza possam influenciar diretamente nos resultados obtidos.

Sen (2001) leva adiante a discussão dos resultados dos trabalhos sobre pobreza relacionados às variáveis monetárias. Para o autor, a utilização da variável renda é amplamente utilizada principalmente pela maior disponibilidade de dados em comparação a outros indicadores que, porventura, poderiam explicar a pobreza. Todavia, levanta que a literatura sugere a utilização de outros indicadores que não monetários para mensurar a pobreza e, inclusive, a incorporação de um componente relacionado à distribuição de renda da população.

Partindo para outra vertente, Salama e Destremau (1999) se aproximam em parte do argumento de Todaro e Smith (2003) ao afirmarem que o indicador de pobreza deve contemplar as satisfações básicas

dos indivíduos, ou seja, o acesso a bens e serviços necessários a um indivíduo. Assim, nesse quadro metodológico devem estar contidas medidas relacionadas ao acesso de água potável, infra-estrutura, rede de esgoto, educação e saúde, dentre outros indicadores.

Outra perspectiva de estudo da pobreza é relacionada ao tempo. Nesse caso, o tempo é considerado tão relevante quanto a renda, uma vez que também é um recurso escasso. A alocação do tempo em atividades relacionadas ao lazer ou outras atividades afins podem afetar diretamente o bem-estar do indivíduo. Esses argumentos serão apresentados na próxima seção.

4. Pobreza: em uma perspectiva da privação de tempo

Pode-se definir pobreza de tempo como sendo a carência ou insuficiência de tempo destinado a atividades como descanso, lazer, educação, cuidados com a saúde e a práticas desportivas. Neste sentido, um indivíduo pobre de tempo para os autores que já realizaram pesquisa sobre o tema é aquele indivíduo cujo total de horas trabalhadas na semana, seja no trabalho principal, secundário ou em outros trabalhos (sendo estes remunerados pelo setor formal ou informal) ou mesmo em afazeres domésticos e tempo de ida e volta do trabalho, ultrapassa uma determinada linha de pobreza de tempo.

Embora a abordagem sobre pobreza de tempo não seja um tema novo, somente a partir dos anos 2000 é que o tema tem sido estudado com maior frequência. Trabalhos no Reino Unido, na Ásia, na América do Norte e na África já foram realizados. Em ordem cronológica, podemos citar as pesquisas de Vickery (1977); Douthitt (1994); Damián (2003); Harvey e Mukhopadhyay (2006); Bardasi e Wodon (2006); Lawson (2007); Burchardt (2008); Kalenkoski e outros (2008); Kizilirmak e Memis (2009); Dowsley (2010); Saqib e Arif (2012). Em linhas gerais os autores citados

constataram em suas pesquisas que as mulheres, sobretudo as casadas, são mais privadas de atividades de lazer e descanso, principalmente por alocarem boa parte de seu tempo em afazeres domésticos. Além das mulheres, constatou-se também que os indivíduos jovens e pessoas negras são mais suscetíveis à pobreza de tempo. Em relação à educação e a renda alguns resultados são divergentes. A seguir será apresentada uma revisão literária sobre as evidências empíricas produzidas por estes trabalhos, às metodologias utilizadas e resultados obtidos por cada autor.

3.1 Evidências empíricas

Embora o primeiro autor a teorizar sobre alocação de tempo tenha sido Becker (1965), o pioneiro em usar o tempo como medida de pobreza foi Vickery (1977). O intuito da autora foi identificar famílias com indisponibilidade de tempo para atingir o nível de bem-estar nos Estados Unidos, devido às longas jornadas de trabalho, realizadas muitas vezes não por opção, mas sim por necessidade. O estudo focaliza sua análise tanto no tempo gasto em atividades domésticas, quanto nas atividades produtivas.

O objetivo básico da pesquisa era definir uma medida bidimensional de bem-estar, não apenas do ponto de vista monetário, como também do tempo necessário para atingir um nível mínimo de consumo, uma vez que para isso são necessários tanto renda quanto tempo. Deste modo, as famílias seriam consideradas como pobres se tivessem menos de uma determinada combinação de tempo e dinheiro.

Em síntese, os resultados da pesquisa de Vickery (1977) mostram que quando se considera não somente a renda, mas também o tempo como um recurso, as taxas de pobreza aumentam consideravelmente. Sobretudo para as famílias monoparentais e especialmente aquelas que são chefiadas por mulheres.

Anos depois, tendo como base de dados um levantamento do uso do tempo dos norte americanos para o ano de 1985, Douthitt (1994) recalcula as taxas de pobreza utilizando a mesma metodologia do trabalho de Vickery (1977). Douthitt (1994) constata que enquanto que a proporção de mães pobres, pela definição tradicional de pobreza, que são casadas e empregadas no mercado de trabalho, é de 6%, ao considerar também o recurso tempo além da renda, essa proporção aumenta para 24%. Quando apenas o fator tempo está sendo considerado tem-se uma proporção ainda maior, na ordem de 91%.

Damián (2003) também se inspirou em Vickrey (1979) para contabilizar os pobres de tempo no México, porém, adota uma metodologia diferenciada. Em seu artigo, em que foi utilizada uma base de dados do levantamento de uso do tempo da Encuesta Nacional de Empleo (ENE) de 1996, a autora constrói um índice denominado "Índice de excesso de tempo de trabalho". A construção de tal índice tem como propósito identificar o tempo disponível de cada indivíduo para atividades como lazer, descanso e tempo destinado a educação. Os resultados encontrados por Damián (2003) revelam, sobretudo diferenças de gênero no uso do tempo. Sua pesquisa aponta que as mulheres são mais privadas de atividades extra trabalho que os homens, principalmente por dedicarem mais tempo em trabalho não remunerado, como por exemplo, afazeres domésticos.

Outro estudo baseado em Vickery (1979) foi realizado para o Canadá. Harvey e Mukhopadhyay (2006) ao defenderem uma redefinição no padrão de pobreza canadense incluindo o uso do tempo utilizaram dados do ano de 1998 e uma metodologia bem semelhante a da autora acima citada para comprovar a elevada incidência de déficit de tempo de adultos trabalhando em tempo integral no mercado de trabalho para outras ati-

vidades como, por exemplo, passar mais tempo com seus filhos.

Bardasi e Wodon (2006) também produziram um estudo de pobreza, mas usando exclusivamente as horas alocadas em trabalho. Os autores utilizaram uma metodologia adaptada dos índices de pobreza da família FGT (Foster, Greer, e Thorbecke) para identificar os pobres de tempo em Guiné Bissau. Nessa pesquisa foram delimitadas duas linhas relativas de pobreza de tempo. Uma de limite mais baixo, 70.5 horas por semana, e outra de limite mais alto correspondente a 94 horas semanais, no caso da mensuração para a população adulta.

A pesquisa revelou que os guineenses que residem em áreas rurais são levemente mais pobres que aqueles de áreas urbanas. Os resultados mostram também que a maior proporção de pobres de tempo está entre indivíduos do sexo feminino, 24,2%, sendo a de homens na ordem de 9,5% (17,7% da população total são pobres de tempo). A proporção de crianças pobres é bastante elevada, 39,2%, sendo o percentual de pobreza das meninas maior que dos meninos, 46,5% e 32,0%, respectivamente (considerando uma linha de pobreza de limite inferior de 9 horas de trabalho semanal).

Ao regressar as variáveis através do modelo *probit*, Bardasi e Wodon (2006) perceberam que indivíduos que residem com pessoas portadoras de deficiências aumentam sua probabilidade em ser pobre de tempo, sobretudo para as mulheres nessa condição e que moram em áreas rurais. O estudo revela também que a educação diminui a probabilidade de uma pessoa vivenciar a pobreza de tempo, além de revelar que mulheres casadas são mais prováveis de estarem em pobreza de tempo que aquelas que são solteiras.

Lawson (2007) também contemplou um país da África Subsaariana para realizar sua pesquisa. Além identificar a proporção de pobres de tempo discriminado por sexo, estado civil, idade e nível de educação, os efeitos

marginais do modelo *probit* foram usados para mensurar a propensão, por exemplo, do nativo de Lesoto em experimentar esta modalidade de pobreza. O estudo de Lawson (2007) aponta dois resultados distintos dos achados de Bardasi e Wodon (2006). Primeiro que os homens são ligeiramente mais pobres de tempo que as mulheres e segundo que a população de Lesoto e dos demais países subsaarianos com mais anos de estudo sofrem uma maior privação de tempo do que aquelas com menores níveis de educação.

Em parte, Lawson (2007) ressalta que a causa da pobreza de tempo de países da região africana que não faz parte do Norte da África é atribuída à falta de infraestrutura desses países. A desestrutura da África Subsaariana induz, por exemplo, a sua população percorrer longos caminhos em busca de água e transporte público.

Burchardt (2008) está entre os pesquisadores que bidimensionaram o estudo da pobreza, usando dados não somente da renda ou do uso do tempo, mas das duas dimensões conjuntamente. Sua pesquisa, que foi aplicada para os países do Reino Unido, contemplou como linhas de pobreza de tempo a mediana do total de horas trabalhadas por um indivíduo acrescido de 50, 60 e 70% do total desse valor. Para a delimitação dos pobres de renda utilizou-se a linha de pobreza convencional.

As evidências produzidas por sua pesquisa mostram para o ano de 2000 baixos níveis de pobreza de tempo comparados com os achados de Bardasi e Wodon (2006). Ao utilizar uma linha de pobreza de tempo bastante semelhante à desses autores, constatou-se que 6,5% da população britânica são privadas de atividades como descanso e lazer, ao passo que apenas 0,8% dessa população além de ter privação de tempo apresentam também insuficiência de renda.

Além disso, a pesquisa de Burchardt (2008) aponta a probabilidade de o indivíduo vir a ser pobre. As mulheres são propensas em 2,4% e

os homens em 0,8%, em relação à raça, os brancos apresentam uma probabilidade de 1,5% ao passo que os negros 5,5%, já os imigrantes paquistaneses e indianos apresentam uma propensão de 7,8 e 2,7%, respectivamente. É constatado também que os jovens entre 16 e 29 anos correm mais risco de serem pobres de renda e tempo, algo em torno de 2,0%. A partir dos 30 anos esse risco cai para 1,8%.

Com o intuito de realizar um estudo comparativo, Kalenkoski e outros (2008), que direcionaram seu trabalho para a população norte americana, utilizou os mesmos limiares de pobreza de tempo de Burchadt (2008), ou seja, 50, 60 e 70% dos valores da média de horas trabalhadas na semana. Porém, ao invés de um trabalho em nível individual, o estudo privilegiou, entre os anos de 2003 e 2006, um total de 57.816 unidades familiares. Seu trabalho considerou apenas a dimensão tempo. Kalenkoski e outros (2008) constataram que a medida que aumenta o número de crianças na família, maior é a pobreza de tempo dos adultos membros desse agregado familiar. Outra constatação é que membros de famílias que não são pobres de renda são mais suscetíveis a serem pobres de tempo em 21,0%, resultado com base no limiar intermediário correspondente a 60% do valor da mediana. O estudo mostra ainda que há uma baixa proporção de famílias norte americana pobre de renda e tempo, na ordem de 1,9%.

Kizilirmak e Memis (2009) utilizaram dados da primeira pesquisa sobre o uso do tempo na África do Sul, pesquisa esta realizada no ano de 2000. Basicamente o estudo trata-se de uma questão de gênero que teve como objetivo revelar os efeitos do uso desigual do tempo entre homens e mulheres na pobreza de renda.

Como uma parte considerável das mulheres sul africanas, além de trabalharem em atividades remuneradas, dedicam também excessivas horas de trabalho em atividades não

produtivas, como por exemplo, coleta de água, combustível e cuidados com crianças, idosos ou doentes (KIZILIRMAK; MEMIS, 2009), a escassez de tempo dessas mulheres para atividades como educação finda em corroborar para uma maior pobreza de renda das mesmas. Em um país que dependendo da província a pobreza de renda chegou a representar no ano de 2000 73,5% da população, a grande maioria desses pobres é seguramente do sexo feminino.

Estimações utilizando o método de regressão *Tobit* mostram que as mulheres casadas são mais suscetíveis a pobreza de tempo que as solteiras e as mais escolarizadas diminuem seu tempo gasto em atividades não-remuneradas, podendo assim vir a reduzir suas escassezes de tempo e renda.

Ao contrário da África do Sul, as desigualdades no uso do tempo entre homens e mulheres tem se reduzido consideravelmente na Austrália, é o que aponta o trabalho de Dowsley (2010). Utilizando dados dos anos de 1992, 1997 e 2006 do "Australian Bureau of Statistics" (ABS), o estudo mostrou que nos últimos 20 anos houve uma maior participação das mulheres no trabalho remunerado e um maior envolvimento dos homens em atividades domésticas.

Apesar desta tendência de queda nas desigualdades do uso do tempo, Dowsley (2010) mostra que os homens ainda dispõem de um maior tempo para o lazer ou descanso, 4 horas e 29 minutos diários, ao passo que as mulheres destinam apenas 3 horas e 57 minutos para essas atividades. Outra evidência é que as horas totais trabalhadas de pessoas de ambos os sexos aumentaram cerca de duas horas por semana desde 1992. Em 2006, as horas médias semanais gastas pelos australianos nos trabalhos remunerados ou não foi de 50 horas e 10 minutos.

Recentemente um estudo sobre pobreza de tempo foi realizado também no Paquistão. Saqib e Arif (2012) acreditando que o tempo é

um importante recurso e que sua escassez pode variar entre sexo, regiões, grupos profissionais e níveis de renda, produziram uma pesquisa sobre o tema abordando todas essas características. Os dados são do ano de 2007 e foram retirados da Pesquisa do Uso do Tempo (TUS), patrocinada pelo governo do paquistão. A pesquisa envolveu 19.600 entrevistados a partir de 10 anos de idade.

Saqib e Arif (2012) mostram que a proporção geral de pobres paquistaneses é de 22,5%. Sendo a proporção em áreas rurais de 22,2%, não se diferindo muito daqueles que moram em áreas urbanas, 23,2%. Quando se discrimina a população rural por gênero percebem-se grandes disparidades. Um total de 39,8% das mulheres são pobres e apenas 16,6% dos homens experimentam este tipo de pobreza no campo. Há também acentuadas desigualdades de gênero em determinadas profissões. 59,9% das mulheres operadoras de máquinas e 49,5% daquelas que se dedicam a atividades agrícolas apresentam privação de tempo, para os homens, essas proporções não ultrapassam 33% e 9%, respectivamente.

Um fato curioso e que diverge com as constatações de Kalenkoski *et al* (2008) para os Estados Unidos é que os paquistaneses que ganham menos são também os mais pobres de tempo. Contudo os resultados dos efeitos marginais do modelo de regressão convergem com os de Bardasi e Wodon (2006) e Kizilirmak e Memis (2009) ao mostrar que aqueles indivíduos com baixo nível de educação bem como os casados são mais pobres de tempo.

Diante das evidências apresentadas percebe-se que dentre os países pesquisados, aquele que apresenta maior proporção de pobres de tempo é o Paquistão, seguido de Guiné Bissau. Os menos pobres é seguramente os países do Reino Unido. O quadro a seguir sintetiza os principais resultados das pesquisas apresentadas, a metodologia utilizada e a região e o período de estudo.

Quadro 3. Resumo das evidências empíricas sobre pobreza de tempo.

Autor (es)	Método	Período	Nível de análise	Principais resultados
Vickery (1977)	Curvas de isoquanta	1977	Estados Unidos	Ao considerar o tempo como um recurso as taxas de pobreza aumentam consideravelmente.
Douthitt (1994)	Curvas de isoquanta	1985	Estados Unidos	Ao considerar o tempo como um recurso as taxas de pobreza aumentam consideravelmente, sobretudo para mulheres casadas.
Damián (2003)	Índice de excesso de tempo de trabalho	1996	México	As mulheres são mais privadas de atividades de lazer, principalmente por dedicarem mais tempo em afazeres domésticos.
Harvey e Mukhopadhyay (2006)	Metodologia similar a Curva de Isoquanta	1998	Canadá	Elevado déficit de tempo de adultos trabalhando em tempo integral impede pais de passarem tempo suficiente com seus filhos.
Bardasi e Wodon (2006)	FGT (adaptado) e <i>Probit</i>	2002; 2003	Guiné Bissau	Mais educados são menos pobres, mulheres casadas são mais pobres.
Lawson (2007)	<i>Probit</i>	2002	África Subsaariana	Homens e indivíduos com maior nível de educação são mais pobres
Burchardt (2008)	<i>Probit</i>	2000	Reino Unido	Mulheres, negros, imigrantes e jovens são mais pobres.
Kalenkoski <i>et al</i> (2008)	Índices de pobreza e <i>Logit</i>	2003; 2006	Estados Unidos	Famílias que não são pobres de renda são mais suscetíveis a serem pobres.
Kizilirmak e Memis (2009)	<i>Tobit</i> multivariado	2000	África do Sul	Mulheres casadas e menos educadas são mais pobres.
Dowsley (2010)	Índices de pobreza	1992; 1997; 2006.	Austrália	Diminuição no tempo dedicado ao lazer nos últimos anos.
Saqib e Arif (2012)	FGT (adaptado)	2007	Paquistão	Indivíduos mais pobres de renda, menos educados e casados são mais pobres de tempo.

Fonte: Elaboração própria dos autores.

“ A saber, a regulamentação de uma nova jornada de trabalho capaz de impedir a prática de horas extras excessivas em algumas profissões... ”

3.2 Considerações e recomendações políticas

Com base nas evidências empíricas apresentadas é oportuno citar algumas considerações e recomendações políticas de alguns autores a fim de melhorar o bem estar dos indivíduos através do recurso tempo.

Na concepção de Burchardt (2008) como é provável que quase todas as medidas políticas e econômicas que o governo realiza tenham um impacto no tempo ou na renda dos indivíduos, o governo pode

desempenhar um importante papel para a redução da pobreza de tempo, através principalmente de duas medidas. A saber, a regulamentação de uma nova jornada de trabalho capaz de impedir a prática de horas extras excessivas em algumas profissões (ou mesmo criar um teto obrigatório de horas trabalhadas sem que isso incorra num aumento da pobreza de renda) e o investimento em capital humano (educação e saúde).

Conforme se pôde constatar nos resultados de Bardasi e Wodon (2006) e Kalenkoski e outros (2008) a edu-

cação diminui a chance do indivíduo ser pobre de tempo, contudo, muitas vezes os indivíduos estão presos numa situação que Burchardt (2008) denomina de “armadilha da pobreza de tempo”. Neste caso, o trabalho excessivo, seja em atividades produtivas ou não, os impedem de investir no seu capital humano, sobretudo em educação, e o não investimento em educação por sua vez resulta ainda mais em tempo ruim para estas pessoas. A criação de um teto obrigatório de horas trabalhadas e o investimento e incentivo a educação por parte do governo poderia contribuir para romper tal tendência.

Para Dowsley (2010) o tempo se configura como um importante indicador não somente de bem-estar como também de gênero. As pesquisas que apontam, sobretudo diferenças de gênero no uso do tempo como os trabalhos de Damián (2003), Kizilirmak e Memis (2009) e Saqib e Arif (2012) são resultantes de países em desenvolvimento onde a tradição cultural ainda é muito forte no sentido de atribuir exclusivamente às mulheres a dedicação em trabalho não produtivo, algo que colabora para um aumento na pobreza de tempo dessas mulheres e finda para as mesmas uma maior perda em seus níveis de bem-estar bem como as induz a uma pobreza de renda.

Nesse sentido vale ressaltar mais uma vez que a educação é um fator determinante, especialmente na redução da pobreza de tempo das mulheres. Primeiro porque maiores níveis de educação induzem a uma maior eficiência no uso do tempo, sobretudo para atividades não produtivas como as domésticas (HUFFMAN, 2010), e segundo porque além do nível educacional provocar uma redução na pobreza de tempo possibilita também uma transferência de horas alocadas em trabalho não produtivo para atividades remuneradas, contribuindo que as mesmas escapem também da pobreza de renda.

Por sua vez, priorizar investi-

“ Este artigo procurou fazer uma breve revisão teórica e empírica sobre as pobrezas no âmbito da renda e do tempo. A relevância em revisitar os trabalhos já realizados sobre os temas, sobretudo a pobreza tendo como base o uso do tempo, está... ”

mento em saúde poderia corroborar para uma melhora no tempo dos indivíduos que cuidam de doentes. Kizilirmak e Memis (2009), por exemplo, identificaram que na África do Sul uma parte considerável de tempo alocado em atividades não produtivas é destinada aos cuidados com pessoas com algum tipo de doença.

Entretanto, as diferenças entre indivíduos no uso do tempo não está somente ligada a questões de gênero, as altas jornadas de trabalho ou ao capital humano, mas também está ligado a escolhas pessoais, estágio do ciclo de vida, compromissos familiares, além de características sócio econômicas. Nestes casos trata-se de fatores subjetivos que não podem ser controlados (DOWSLEY, 2010).

Assim, é importante ressaltar que as análises de pobreza tanto pela renda, quanto pela abordagem de dimensão de tempo, não refletem um consenso na literatura por possuírem limitações, mas, ao mesmo tempo, se complementam em grande medida para explicar a pobreza sob sua respectiva perspectiva. Há ainda autores que defendem o estudo da pobreza incorporando em seus indicadores medidas relacionadas

ao acesso de saneamento, infraestrutura e educação, como forma de agregação de medidas ao nível de bem-estar individual. Contudo, conforme sugere a teoria, independentemente do indicador utilizado, esse deve conter medidas de bem-estar em suas propriedades.

4. Considerações finais

Este artigo procurou fazer uma breve revisão teórica e empírica sobre as pobrezas no âmbito da renda e do tempo. A relevância em revisitar os trabalhos já realizados sobre os temas, sobretudo a pobreza tendo como base o uso do tempo, está no sentido de fazer comparações com eventuais pesquisas empíricas para o Brasil.

Em relação à literatura sobre pobreza no âmbito da renda procurou-se ressaltar, dentre outras coisas, a não trivialidade em definir pobreza e os critérios de identificação dos pobres através das várias linhas de pobreza adotadas. Algo que muitas vezes resulta em diversos métodos de mensuração e que por sua vez podem produzir distintos resultados para um mesmo nível de análise.

Por sua vez, ao revisar os estudos realizados sobre pobreza de tempo, percebe-se que enquanto algumas pesquisas realizadas apresentam pontos divergentes entre a relação educação-pobreza de tempo e renda-pobreza de tempo, um ponto que converge na maioria das pesquisas é que mulheres são mais privadas de atividades de lazer e descanso, principalmente as casadas por dedicarem mais tempo em afazeres domésticos.

Embora a definição e mensuração da pobreza estejam longe de apresentar um consenso entre os pesquisadores, não há dúvida entre os mesmos que qualquer que seja o indicador utilizado, esse indicador deve ter em sua propriedade medidas de bem-estar. Nesse sentido, indicadores não monetários devem ser considerados em pesquisas sobre o tema.

Referências

- ADAMS, R.H. Economic Growth, Inequality, and Poverty: Estimating the Growth Elasticity of Poverty, *World Development*, v.32, n.12, p.1989-2014, 2004.
- BARDAESI E.; WODON, Q. **Measuring Time Poverty and Analyzing Its Determinants**: Concepts and Application to Guinea: Gender, Time Use, and Poverty in Sub-Saharan Africa. Washington, DC: Word Bank, 2006. (World Bank Working Paper, n. 73, p. 75-95).
- BECKER, G. S. A Theory of Allocation of Time. *Economic Journal*, v. 75, p. 493-517. 1965.
- BURCHARDT, T. **Time an income poverty**. CASE Report 57, London. 2008. (Centre for Analysis of Social Exclusion, London School of Economics).
- COELHO, J. A. **Os efeitos da renda e da desigualdade na redução da extrema indigência no Brasil**. 2009. 40 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Curso de Pós-Graduação em Economia – CAEN, Universidade Federal do Ceará, Ceará. 2009.
- DAMIÁN, A. La pobreza de tiempo. Una revisión metodológica. *Estudios Demográficos y urbanos*, v. 18, n.1, 2003.
- DATT, G.; RAVALLION, M. Growth and Redistribution Components of Changes in Poverty Measures: A Decomposition with Applications to Brazil and India in the 1980s. *Journal of Development Economics*, v. 38, p. 275-295, 1992.
- DE FRANÇA, J. M. S. **Crescimento pró-pobre no Brasil**: Impactos regionais. 2010. 104 f. Tese (Doutorado em Economia) – Escola de Pós-Graduação em Economia – EPGE, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro. 2010.
- DE LIMA, F. S., BARRETO, F. A.; MARINHO, E. Impacto do Crescimento Econômico e da Concentração de Renda sobre o Nível de Pobreza dos Estados Brasileiros. In: **Anais do VII Encontro Regional de Economia, Fortaleza**. 2003.
- DINIZ, M. B.; DO NASCIMENTO, R. B. S.; DINIZ, M. J. T.; PUTY, C. C. B.; RIVERO, S. L. M. A Amazônia (legal) brasileira: Evidências de uma condição de armadilha da pobreza? In: **Anais do XXXV Encontro Nacional de Economia**, Recife, 2007.
- DOUTHITT, R. A. **Time to Do the Chores?** Factoring Home-Production Needs into Measures of Poverty. *Journal of family and economic issues* Vol. 21 n° 1, 7-22, 1994.
- DOWSLEY, F. TIME USE IN AUSTRALIA. In: **United nations economic commission for Europe conference of European statisticians**. Genebra, 2012. FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP); INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Definição e metodologia de cálculo dos indicadores e índices de desenvolvimento humano e condições de vida**. Brasília, 2006.
- GONÇALVES, M. B. C.; SILVEIRA NETO, R. M. Crescimento pró-pobre nos municípios nordestinos: Evidências para o período de 1991-2000. *Revista Econômica do Nordeste*, v. 41, n.3, 2010.
- GUIDOLIN, S. M. PORTO JÚNIOR, S. S. Expansão agrícola e crescimento econômico: impactos sobre a pobreza e a desigualdade. In: **Encontro Regional de Economia do Nordeste**, 6., 2006, Fortaleza. Anais... Fortaleza, 2006.
- HARVEY, A.; MUKHOPADHYAY, A.K. 2007. When Twenty-Four Hours is not Enough: Time-Poverty of Working Parents. *Social Indicators Research*, n. 82, p. 57-77, 2007.
- HOFFMANN, R. Desigualdade e pobreza no Brasil no período de 1979/97 e a influência da inflação e do salário mínimo. *Economia e sociedade*. v 15, n.11, 1998.
- HOFFMANN, R. Distribuição da renda no Brasil: Mudanças de 2002 para 2003 e a delimitação dos relativamente ricos. *Econômica*, v. 7, n. 1, jun. 2005.
- HUFFMAN, W. E. **Household Production Theory and Models**. Working Paper No. 10019, 2010.
- KAKWANI, N.; PERNIA, E. M. What is pro-poor growth? *Asian Development Review*, v.18, n. 1, 2000.
- KAKWANI, N.; SON, H. **Pro-poor Growth and Poverty Reduction: The Asian Experience**. The Poverty Center, Office of Executive Secretary, ESCAP, Bangkok, 2002.
- KALENKOSKI, C. M.; HAMRICK, K; ANDREWS, M. **Time Poverty Thresholds**. Ohio University, 2008. (Economic Research Service n. 58-4000-6-0120).
- KIZILIRMAK, A. B.; MEMIS, E. **The Unequal Burden of Poverty on Time-use**. Working Paper n. 572. Annandale-on-Hudson, NY: The Levy Economics Institute of Bard College, 2009.
- KLASEN, S. **Economic Growth and Poverty Reduction: A Synopsis**. Paper prepared for POVNET at OECD-DAC. Paris: OECD, 2004.
- KLASEN, S. **In search of the Holy Grail: How to achieve pro-poor growth?** Mimeo, June, 2001.
- KRAAY, A. **When is growth pro-poor?** cross-country evidence. International Monetary Fund (IMF), Working Paper n. 04-47, 2004.
- LAWSON, D. **A Gendered Analysis of Time Poverty: The Importance of Infrastructure**. Oxford: Departamento de Economia, Manor Road, 2007. Disponível em: < <http://www.economics.ox.ac.uk/> > Acesso em: 03 nov. 2010.

- MARINHO, E.; SOARES, F. Impacto do crescimento econômico e da concentração de renda sobre a redução da pobreza nos estados brasileiros. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 31., 2003, Porto Seguro. **Anais...** Porto Seguro, 2003.
- MATIAS, J. S.; SALVATO, M. A.; BARRETO, F. A. Análise da qualidade do crescimento econômico nos estados brasileiros de 1995 à 2008: Quão elásticos são os indicadores de pobreza com relação ao crescimento? In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 38., 2010, Salvador. **Anais...** Salvador, 2010.
- MENG, X.; GREGORY, R.; WANG, Y. Poverty, inequality, and growth in urban China, 1986-2000. **Journal of Comparative Economics**, v. 33, n. 4, p. 710-729, 2005.
- NEDER, H. D. Desenvolvimento de metodologias estatísticas aplicadas aos dados das PNADs. In CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO, J. S. (Ed.), **O Novo Rural Brasileiro: Rendas das Famílias Rurais**. Brasília: Embrapa, 2004. v.5
- PINTO, M. S.; DE OLIVEIRA, J. C. Crescimento pró-pobre: Análise dos estados brasileiros entre 1995 e 2007. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 327-358, maio/ago. 2010.
- RAVALLION, M.; CHEN, S. Measuring pro-poor growth. **World Bank Policy Research**, Washington, n. 2666, 2003.
- RAY, D. **Development Economics**. Editora IE-Princeton, 1998.
- RESENDE, G. M. O crescimento econômico dos municípios mineiros tem sido pró-pobre? Uma análise para o período 1991-2000. **Nova Economia**, Universidade Federal de Minas Gerais, v. 18, p. 119-154, 2008.
- RESENDE, G. M.; DA MATA, D.; CARVALHO, A. X. Y. Crescimento pró-pobre e distribuição de renda das capitais dos estados brasileiros. In: CARVALHO, A. X. Y.; OLIVEIRA, C. W. A.; MOTA, J. A.; PIANCASTELLI, M. (Orgs). **Ensaio de economia regional e urbana**, IPEA, 2007.
- ROCHA, S. **Pobreza no Brasil- Afinal, de que se trata?** Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- SALAMA, P. ; DESTREMAU B. **O tamanho da pobreza : Economia política da distribuição de renda**. Rio de Janeiro: Garamond, 1999
- SALVATO, M. A. **Crescimento pró-pobre no Brasil: Uma avaliação empírica da década de 1990. Ensaio sobre pobreza**, EP21, UFC, 2009.
- SALVATO, M. A.; ARAUJO JUNIOR, A. F.; MESQUITA, L. A. Crescimento pró-pobre no Brasil: Uma avaliação empírica da década de 1990. **IBMEC-MG**, Belo Horizonte, n. 43, 2007.
- SALVATO, M. A.; MESQUITA, L. A.; ARAUJO JUNIOR, A. F. Crescimento pró-pobre: Uma análise usando unidades de desenvolvimento humano selecionadas. **Ibmec-MG**, n. 46, 2008.
- SAQIB, N.; ARIF, G. M. **Time Poverty, Work Status and Gender: The Case of Pakistan**. Pakistan Institute of Development Economics Islamabad, n. 81, 2012.
- SEN, A. **Desigualdade reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SILVEIRA NETO, R. Quão pró-pobre tem sido o crescimento econômico no nordeste? Evidência para o período 1991-2000. In: ENCONTRO REGIONAL DE ECONOMIA, 10., 2005, Fortaleza, **Anais...** Fortaleza, 2005
- SON, H. H. A Note on Measuring Pro-poor Growth. In: **Anais da Wider Conference on Inequality, Poverty and Human Well-being**, 2003, Helsinki, Finlândia. Disponível em <<http://www.wider.unu.edu/conference/conference-2003-2/conference2003-2.htm>>. Acesso em 13 jan. 2012.
- STEVANS, L. K.; SESSIONS, D. N. **The relationship between poverty, economic growth, and inequality revisited**. Research Zarb School of Business, 2002.
- TAQUES, F. H. **Crescimento econômico, desigualdade de renda e pobreza: 3 ensaios para o Brasil**. 2011. 95 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política – PEPGEP, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2011.
- TAQUES, F. H.; ROCHA, R. S. Oferta pública no combate à pobreza no Brasil: Uma análise a partir da curva crescimento-pobreza. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 19., 2011, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu, 2011
- TEJADA, C. A. O.; JACINTO, P. A.; DOS SANTOS, A. M. A. Pró-pobre ou empobrecedor: Qual a contribuição do crescimento econômico para Alagoas? In: **CONGRESSO DA SOBER**, 46., 2008, Acre. **Anais...** Acre, 2008.
- TOCHETTO, D. G.; RIBEIRO, E. P.; COMIM, F. V.; PORTO JUNIOR, S. S. Crescimento pró-pobre no Brasil – uma análise exploratória. In: **ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA**, 32., João Pessoa, 2004. **Anais...** 2004, João Pessoa.
- TODARO, M. P.; SMITH, S. C. **Economic development**. 8. Ed. Reino Unido: Addison Wesley, 2003.
- VICKERY, C. The Time-Poor: A New Look at Poverty. **Journal of Human Resources**, 1977.
- VINHAIS, H.; SOUZA, A. P. Pobreza relativa ou absoluta? A linha híbrida de pobreza no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 34., 2006, Salvador. **Anais...** Salvador, 2006.
- WODON, Q. T. Growth, Poverty, and Inequality: A Regional Panel for Bangladesh. **World Bank Policy Research Working Paper**, n. 2072, 1999.